

alicerce

da juventude socialista



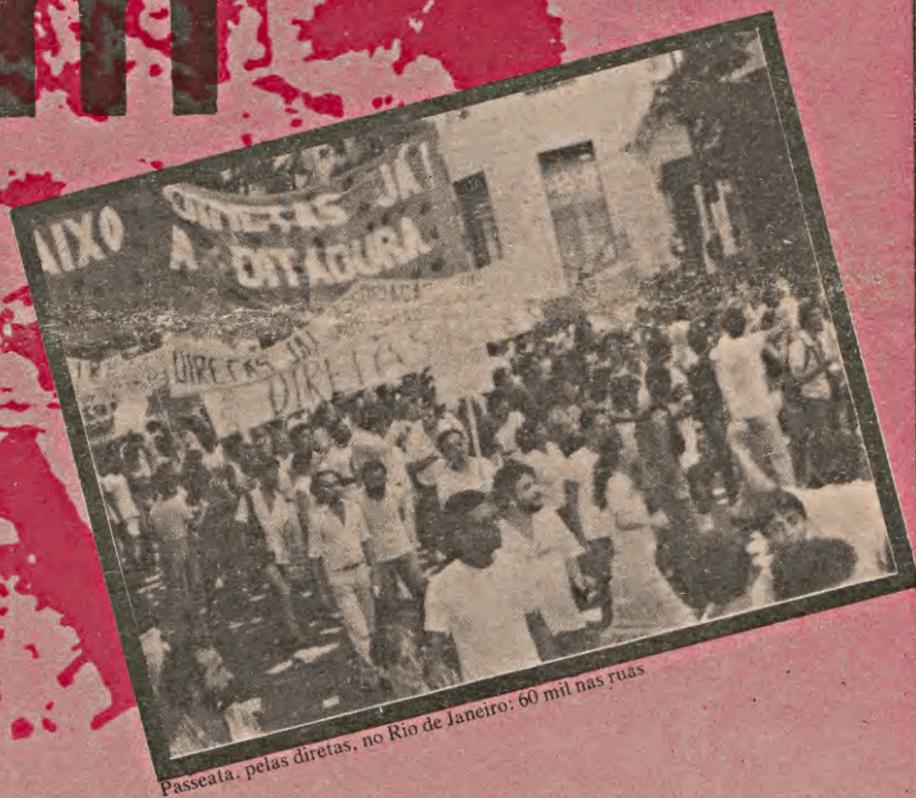
Nº 43

de 24/02/84 a 09/03/84

Cr\$ 200,00

Os atos avancam

com o ensaio no Rio
e a explosão no Norte



E o PMDB recua

Em Brasília, a marcha sabotada
em Manaus, a repressão nas ruas

A CUT mantém a greve, mas...

O grande ausente na luta pelas diretas

Mais de 700 mil pessoas já se manifestaram pelas eleições diretas em todo o país. A ditadura se assusta e tenta manobras desesperadas. Os governos de oposição encolhem-se. As massas avançam. E a Igreja Católica, lembrada pelos ativistas católicos por ter participado de lutas democráticas no passado próximo, o que faz?

A não ser por algumas declarações esparsas e por uma nota do Conselho Ecumênico, que sequer contou com a assinatura dos grandes nomes da hierarquia católica, essa instituição nada tem feito pela mobilização em torno às eleições diretas.

A revista *Senhor*, em sua edição de nº 147 (11/01/84), deixava no ar uma pergunta: "Ele (D. Paulo Evaristo Arns) vem repetindo que é a favor das diretas. Mas entrará em campo?" São passados quase dois meses e, desde então, realizaram-se dezenas de atos por todo o país, reunindo mais de 700 mil pessoas exigindo "Diretas, já!". E "ele" não entrou em campo. Por quê?

É sabido que a Igreja reúne condições para mobilizar a imensa maioria da população católica, os trabalhadores católicos, os ativistas sindicais e da periferia, organizados nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). É sabido também que a Igreja teve uma participação nas lutas por liberdades democráticas e pela anistia, em 77, 78 e 79, bem maior do que na atual campanha pelas diretas. Um outro exemplo disso o encontramos na concentração por pão e trabalho, contra o desemprego, que ela organizou na Praça da Sé, São Paulo, e que reuniu, em 83, 50 mil pessoas. Da mesma forma, os sindicatos dirigidos por setores ligados à Igreja, também envolvidos por diretas, não raro com argumentos esquerdistas que negam essa luta pelo fato de que sua direção está com os patrões. E, ao se omitirem, abdicam de lutar por essa direção.

A maioria da base católica luta pelas diretas. E a direção da Igreja?

Então, se a Igreja pode mobilizar, por que não o faz na atual campanha por eleições diretas? Essa não é uma indagação

qualquer. Não é por mero acaso que ela se acha estampada nas páginas das revistas e jornais que participam da campanha pró-diretas. A Igreja constitui uma força decisiva para o êxito de qualquer campanha que se pretenda vitoriosa. Não é por outro motivo que a mesma edição da revista *Senhor* traçava um tripé para garantir a vitória das diretas, apoiado no PT, no PMDB e na própria Igreja.

É bem verdade que a ampla maioria da imensa base da Igreja Católica está decididamente envolvida na campanha. Na Praça da Sé, no dia 25 de janeiro, por certo, muitos milhares de trabalhadores católicos, ativistas das CEBs, uniram suas vozes às dos demais 250 mil companheiros, exigindo diretas, já, e o fim do regime militar. É verdade também que D. Paulo Evaristo Arns e vários bispos já deram declarações a favor das diretas. Entretanto, mesmo esses fatos não tornam injustificadas as preocupações colocadas acima. Pelo contrário, as confirmam.

Ao contrário do que ocorreu em outras campanhas democráticas, quando figuras de projeção na hierarquia católica ocuparam os palanques, na luta atual pelas diretas é gritante a ausência dessas mesmas figuras. No dia 25 de janeiro, o próprio Cardeal Arcebispo de São Paulo celebrou, pela manhã, missa em comemoração ao aniversário da cidade, na catedral da Sé. À tarde, quando no mesmo local se realizava o maior ato político dos últimos 20 anos e um dos maiores da história do país, pela conquista das diretas, o car-

deal Arns estava ausente. Fato isolado? De forma alguma. Em todos os demais atos, pelo país afora, a mesma omissão se verificou. Nos atos do Norte, não se viu a presença de D. Pedro Casaldáliga. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) simplesmente emudeceu diante das mobilizações.

Qualquer trabalhador católico, presente a esses atos, com razão se perguntará o porquê dessas ausências. E, com mais razão ainda, irá cobrar da cúpula católica uma atitude coerente com suas declarações. Além disso, todos sabemos que declarações pelas diretas até mesmo o presidenciável Aureliano Chaves as dá em pencas. Mas nada de efetivo tem feito em seu favor. Não vai aos palanques, às praças mas sim ao Colégio Eleitoral.

Haverá acordo?

Está mais do que claro, e qualquer um sabe, que as diretas não virão através de negociações de bastidores e nem tampouco por obra e graça do atual ditador. Elas virão unicamente pela via da mobilização popular que tem sido levada em todos os Estados do país. Isto significa dizer que quem realmente está pelas diretas, não pode ficar apenas em declarações: deve provar com atos e trabalhar pela sua conquista. Ou seja, deve mobilizar pelas diretas. Nesse sentido, os trabalhadores e ativistas católicos devem cobrar de D. Paulo e de toda a cúpula da Igreja que assumam o seu lugar na luta pelas diretas, hoje a principal reivindicação políti-

ca do povo trabalhador em nosso país.

Sem dúvida que outras hipóteses têm sido levantadas e, até agora, não desmentidas. A Igreja, através de suas figuras de proa, aceitou, objetivamente, a reformulação da Lei de Segurança Nacional. Tal reformulação trouxe a libertação dos padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, além dos 13 posseiros presos na região do Araguaia. Seria esse um sintoma de negociação da Igreja com o regime? Um reatamento das relações Igreja/governo, que estaria na base da conduta da direção católica na campanha das diretas, como aventam alguns analistas? Estará, por aí, colocado o apoio da cúpula eclesiástica a uma eventual candidatura de consenso com o regime?

E a aceitação de tal acordo seria, por sua vez, fruto do "sermão" que o Papa João Paulo II, presumivelmente teria passado nos bispos brasileiros, contra o envolvimento em questões políticas? Se isso for verdade, o pontífice teria alcançado aqui a vitória que não conseguiu, de todo, na Nicarágua.

Mas tudo são hipóteses, perguntas. A resposta a elas cabe a D. Paulo Evaristo Arns e a todo o setor progressista da cúpula eclesiástica, da qual se tornou símbolo. Para os trabalhadores e para o povo brasileiro, empenhado na luta pelas diretas, pelo fim do regime militar, é imperativo cobrar respostas categóricas desse setor e do conjunto da CNBB, bem como a sua presença em cima dos palanques, nas próximas manifestações. A direção da Igreja terá então a palavra final.

LIVROS MARXISTAS

Trotsky	Minha Vida	Cr\$ 6.000,00
	História da Revolução Russa ...	Cr\$ 15.000,00
	Escritos (26 volumes)	Cr\$ 55.000,00
Marx/Engels	Manuscritos Econômicos e	
	Filosóficos	Cr\$ 6.000,00
Rosa Luxemburgo	Obras Escolhidas	Cr\$ 12.000,00

Adquira estes livros através de pedidos à ACS Editora, acompanhados de cheque nominal.

Alicerce é uma publicação da ACS Editora Ltda., Rua Maestro Cardim, 1048, Liberdade, São Paulo - CEP 01323 - Fone: 269.1663. Diretor Responsável: A. Schreiner. Registrado no 5º Registro de Títulos e Docs. sob o nº 2330, livro A. Composição: Proposta Editorial Ltda. Fone: 263.7400. São Paulo. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Jorúés.

Encontre e discuta com Alicerce nestes endereços:

Amazonas - Manaus - Av. Constantino Nery, 812 - casa 5 - Centro

Pará - Belém/Vila ABC - R. Rui Barbosa, casa 4 - Belém/Marco - Travessa Vileta, 1000

Maranhão - Imperatriz - R. Benedito Leite, 634 - Centro

Plauí - Teresina - R. Símplicio Mendes, 715 - Norte

Pernambuco - Recife I - R. Álvares de Azevedo, 80 (trav. da R. João de Barros)
Recife II - R. 7 de Setembro, edif. Barreiros - apto 602 - 6º andar - Centro

Ceará - Fortaleza - R. Mar. Deodoro, 670 - Vila Ardeira - casa 3 - Benfica

Minas Gerais - Belo Horizonte/Barreiro - R. Hoffman, 5-B (esquina com Olinto Meireles)
Belo Horizonte/Centro - R. Curitiba, 778 - sala 805
Contagem - Av. João César Oliveira, 3041-B - 2º andar

Mato Grosso do Sul - Campo Grande - R. Antônio Maria Coelho, 2031 - casa 5 - Centro

Distrito Federal - Brasília - Edif. Márcia, sala 809 - SCS

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/Centro - Av. Marechal Floriano, 167 - 2º andar
Rio de Janeiro/Méier - R. Joaquim Méier, 600
Rio de Janeiro/Tijuca - R. Pereira Nunes, 129 - casa 1
Niterói - R. XV de Novembro, 106 - sala 4
Volta Redonda - R. 208, nº 207
Duque de Caxias - Av. Plínio Casado, 5 - sala 118 - Centro

Paraná - Curitiba - R. Desembargador Westphalen, 640 - 3º andar, 11A - Centro

Rio Grande do Sul - Porto Alegre - Rua Oswaldo Aranha, 934 - Bonfim

Porto Alegre/Zona Norte - Av. França, 742
Passo Fundo - R. Independência, 640
São Leopoldo - Av. Bento Gonçalves, 1431
Canoas - Av. Getúlio Vargas, 4.449 - Apto 21
Santa Maria - R. Dona Luísa, 570 - subsolo

Santa Catarina

Florianópolis - R. Hermann Blumenau, 55 - porta 2

São Paulo

Araraquara - Av. José Bonifácio, 1665
Campinas - R. Barão de Jaguará, 1385 - Centro
Santos - Av. Afonso Pena, 418 - sala 22 - Macuco
São Carlos - R. Tiradentes, 37 - Centro
São José dos Campos - Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1247 - salas 1 e 2
Ribeirão Preto - Rua Prudente de Moraes, 791 - Centro
Sorocaba - R. Sete de Setembro, 277 - sala 2 - Centro
Jundiaí - R. Olavó Guimarães, 75 - sala 3 - V. Arens

Grande São Paulo

Guarulhos - Rua João Gonçalves, 468 - Centro
Osasco/Centro - R. D. Primitiva Vianco, 739 - 1º and. sala 1
Osasco/Rochdale - R. Porto Alegre, 313
Mauá - Rua Barão de Mauá, 497 - sala 26
Santo André/Centro - R. Guilherme Marconi, 174 (esq. com a R. Santo André)
Santo André/Parque das Nações - Travessa Tebas, 36
São Bernardo/Piraporinha - Pça Piraporinha, 183 - sala 112
São Bernardo/Rudge Ramos - Av. Vergueiro, 4938 - 2º andar, sala 6
São Caetano - R. Paraíba, 467 - Centro
Diadema - R. N. Sra das Vitórias, 200

São Paulo/Capital

Freguesia do Ó - R. Marapíma, 41
Lapa - R. 12 de Outubro, 325 - sala 9
Liberdade - R. Sta Madalena, 22
Santo Amaro - R. Cel. Luis Barroso, 240
Ipiranga - R. Cisplatina, 849
Cidade Ademar - Av. Cupecê, 3397 - sala 2
Penha - R. Coronel Meireles, 204
São Mateus - R. Claudio Augusto Fernandes, 190

Assine Alicerce

Aviso aos leitores
Em função do carnaval, *Alicerce* não sairá na semana de 02/03 a 09/03 de 84, voltando a circular neste dia.

Nome _____

Rua _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Profissão _____ Idade _____

Para receber *Alicerce* todas as semanas, durante seis meses, basta preencher o cupom acima e enviar junto com um cheque nominal ou vale postal no valor de Cr\$ 4.800,00 (normal) ou Cr\$ 8.000,00 (solidária). Envie para a ACS Editora Ltda. R. Maestro Cardim, 1048 - 01323 - S. Paulo - SP.



Ulysses

Diretas para salvar o regime militar

Caso as eleições diretas ocorressem hoje, o Sr. Ulysses Guimarães teria todas as condições de sair vitorioso. Esta possibilidade está ligada ao fato desse senhor ser hoje a principal direção burguesa da campanha pelas diretas e seu principal organizador, permitindo que ele construa passo a passo a sua candidatura.

Ulysses tem um passado político que o identifica como um social-democrata do antigo PSD (Partido Social Democrata) paulista, de ideologia centrista. Isto lhe confere a habilidade de ser um liberal na defesa dos interesses das classes dominantes e um duro contra as mobilizações dos trabalhadores, quando estes ameaçam aquelas classes. É assim que no regime parlamentarista de 62, quando foi Ministro da Indústria e Comércio, teve o papel principal na repressão à greve dos operários da Cia. Alcalis. Se hoje, em aparência, combate a ditadura militar, no passado procurou ajudá-la, tornando-se um dos redatores do projeto alternativo do Ato Institucional nº 1, que propunha a cassação dos mandatos dos políticos por 15 anos, cinco a mais do que o projeto aprovado pela ditadura. Apesar de aparecer como um outro candidato ético, Ulysses teve o dissabor de ver o seu nome numa negociata entre a Cia. Plásticos Dias, da qual era suplente do Conselho Fiscal da empresa, e a Caixa Econômica Estadual, em 80.

Ulysses não enfrenta a ditadura

Estes pequenos aspectos do seu passado político, servem para dar a idéia de que a atual campanha que ele desenvolve pelas diretas, não tem outro objetivo que a de mobilizar os trabalhadores para pressionar pela negociação, em posição de força, com a ditadura. Isto explica porque Ulysses não cansa de repetir que a campanha vai só até a votação da emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas, e que depois disso, caso seja derrotado, o dever é participar do Colégio Eleitoral e lá dentro negociar a melhor solução. Porém o que transparece nos jornais é que Ulysses é um Dom Quixote pelas diretas. Isto se reforça quando é comparado a Tancredo e Montoro, que querem só negociar. Mas

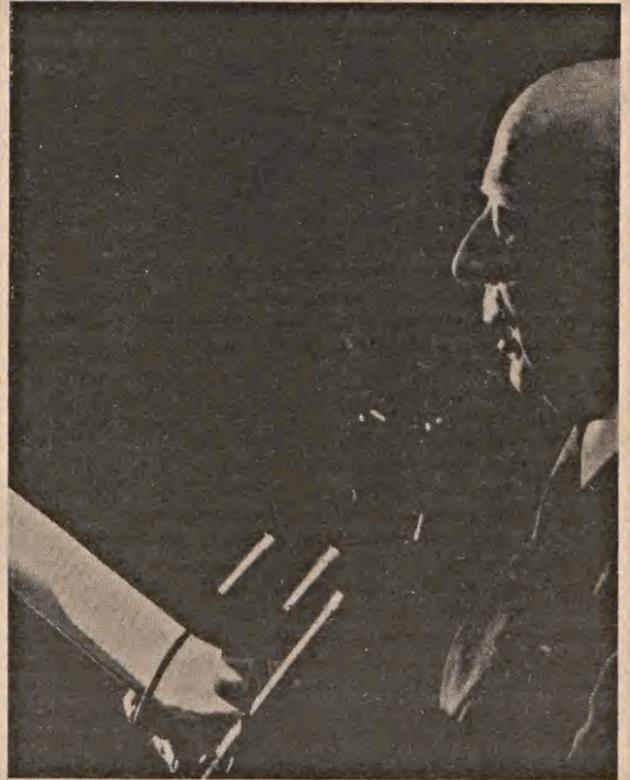
esta é uma ilusão proposital pois a diferença que existe entre Ulysses e Tancredo está em que ele para negociar prefere antes mobilizar, enquanto Tancredo quer negociar mesmo sem ter um cacife nas mãos. Ambos querem negociar divergindo apenas nas táticas de como fazê-lo.

Esse sentimento de Ulysses aparece de forma clara quando fala do Colégio Eleitoral. Nos discursos Ulysses ataca o colégio mas na prática o defende. Assim podemos entender porque foi contra a proposta que Itamar Franco fez ao PMDB de boicotar o Colégio Eleitoral caso o Congresso não aprovasse a emenda das diretas. Ulysses, igualmente não respondeu ao deputado Nelson Marchezan, líder do PDS na Câmara, quando este afirmou que o "PMDB faz tudo isso, mas no final virá ao Colégio Eleitoral". Gostaríamos de conhecer a resposta. Seria possível Sr. Ulysses?

Isto significa que Ulysses, na realidade, é contra as eleições diretas? Não; ele as quer, não só porque elas representam a possibilidade de concretizar o seu desejo de se eleger presidente, como também representa a posição das pequenas e médias empresas, que são a sua principal base de sustentação política. Estas, que na atual crise são as mais estranguladas; desejam poder intervir nas decisões econômicas do governo para poderem sair da incômoda posição em que se encontram. Isto só poderá acontecer ou pela via das eleições diretas, com a vitória do seu candidato (no seu Ulysses), ou por uma candidatura de consenso, via Colégio Eleitoral, que os inclua. Mas o que Ulysses não quer, como burguês, é enfrentar-se com o regime. O objetivo que ele dá a campanha não é o de derrubar a ditadura ou golpear as FFAs, como desejam os trabalhadores, mas sim a de negociar com eles. É assim que Ulysses propõe cancelar a marcha sobre Brasília quando os militares mostram desaprovção a tal fato.

Um alerta para o PT!

Ulysses, assim, usa a campanha das diretas para construir a sua própria candidatura. Isto apesar do enfraquecimento do PMDB, que se evidencia em ser



Lula o principal orador dos atos. Tal fato ocorre porque o PT não ocupa o seu próprio espaço, permitindo que os trabalhadores sejam engolfados por uma proposta burguesa sobre as eleições diretas. Isto deve servir de alerta para o PT e ao próprio Lula, pois não bastam os brilhantes discursos: é necessário que os trabalhadores dêem a sua dinâmica à campanha e participem dela de forma independente da burguesia, fato que se concretizaria através do lançamento da candidatura de Lula e o seu fortalecimento dentro da campanha.

Funcionalismo federal, estadual e municipal

Unidos na luta contra a fome e o FMI!

No dia 23/02 os funcionários federais, estaduais e municipais do Estado de São Paulo, realizarão na Praça da República uma Manifestação de Protesto dos Funcionários Públicos contra os reajustes de janeiro, procurando forçar Figueiredo, Montoro e Covas a abrirem negociações e a reajustarem os índices de acordo com a inflação.

A participação do conjunto do funcionalismo é fundamental tanto para reforçar a unidade como mostrar a força e a disposição de luta da categoria.

Os professores da rede estadual de São Paulo entram em greve, caso Montoro não conceda um reajuste maior que os 50% dados em janeiro. Porém não foi só o arrocho o responsável pelo tormento do funcionalismo estadual nestas últimas semanas: o desemprego também foi companhia constante. Montoro demitiu 275 funcionários da RTC, que se encontravam em assembleia permanente desde a divulgação de que seriam dispensados 400 funcionários. Surgiu a ameaça da dispensa de 1500 funcionários da VASP. Ameaça de demissões também na Sabesp.

Este quadro, na verdade, não é exclusivo do Estado de São Paulo. Em Minas, por exemplo, Tancredo encontra novas dificuldades com os professores da rede oficial, que também prometem entrar em greve, caso a reivindicação de 110% de reajuste salarial não seja atendida. Sob a acusação de possuírem mordomias, os funcionários federais sofrem com o perigo do desemprego e o torniquete do arrocho.

O drama que os companheiros do funcionalismo vivem atualmente é o mesmo que conjunto da classe trabalhadora brasileira sente com a fome, o desemprego, o arrocho. A causa disto se encontra na política econômica da ditadura, voltada para o pagamento da dívida externa do país às nossas custas. No último acordo que os militares assinaram com o FMI, a ditadura se comprometeu a reduzir os seus gastos. Diminuir "os seus gastos" significa cortar ainda mais os orçamentos dos ministérios da previdência, habitação, transporte e educação, transferindo esse dinheiro para os bancos americanos. Assim, por exemplo, o Minis-

tério da Previdência Social recebe 4% do orçamento da União, enquanto a média mundial é de 30%! Daí as filas, as mortes por falta de atendimento, os rombos orçamentários, etc. Reduzir gastos significa também arrochar o funcionalismo das estatais, ao invés de controlar o crescente endividamento destas empresas. É assim que, em 18 meses, o custo da faraônica hidroelétrica de Itaipu subiu em US\$ 4 bilhões!

Por que, porém, os funcionários estaduais, que aparentemente nada têm a ver diretamente com as empresas da ditadura, sofrem o mesmo ataque que o funcionalismo federal? E por que isto ocorre em maior intensidade nos Estados em que a oposição ganhou as eleições? Por que tanto Montoro, Tancredo, Brizola, Mes-trinho, etc., seguem a mesma política da ditadura e ajudam a pagar a dívida externa. Tomemos o Estado de São Paulo como exemplo.

Montoro para justificar o arrocho e o desemprego do funcionalismo, diz que o Estado não tem dinheiro por causa da política econômica de Figueiredo. Montoro culpa também o governo anterior, o de Maluf, por ter arrebentado com o orçamento do Estado, deixando enormes dívidas.

Supondo que estas sejam as principais causas da falta de dinheiro para conceder os reajustes de salários exigidos pelo funcionalismo e para impedir as demissões, podemos nos perguntar quais foram as medidas que tomou para resolver ou amenizar o problema. O que Montoro (ou Tancredo, ou Brizola, etc...) faz com o dinheiro que está à sua disposição? Paga a dívida externa que o Estado tem com os banqueiros interna-

cionais, na ordem de 5,4 bilhões de dólares!!! Dívida que obrigará o Estado a desembolsar este ano a quantia de US\$ 2,5 bilhões de dólares, entre juros e amortizações. Isto é a metade do orçamento do Estado de São Paulo para 84!!! A mesma política de Figueiredo e Delfim. Assim, com o não pagamento dessa dívida, Montoro poderia atender às reivindicações dos funcionários públicos, bem como atender às demais necessidades dos trabalhadores, melhorando a prestação de serviços do Estado. Mas prefere arrochar e despedir.

Esta política explica também porque os governadores de "oposição" não querem ampliar a campanha pelas diretas. A mobilização dos trabalhadores pelas diretas significa também a luta contra a fome, a miséria, o desemprego, o arrocho. Portanto, é uma luta contra Figueiredo, Delfim e também contra Montoro, Tancredo, Brizola, que adotam a mesma política.

A campanha pelas diretas, feita a unidade de ação com estes mesmos governadores e seus partidos, não pode impedir a luta do funcionalismo por suas reivindicações. Ela deve ser unitária, aglutinando o funcionalismo federal, estadual e municipal. Por isso participar da marcha do dia 23 convocada pelas três categorias é fundamental não só para pressionar pelo atendimento das reivindicações bem como para preparar a greve geral de abril chamada pela CUT e aprovada pelo próprio funcionalismo, como forma não só de conquistar as diretas como obter as exigências salariais.



Militares: indireta garante a mamata

Grande alvoroço causou na semana passada as reuniões que Figueiredo teve, primeiro com o Conselho de Segurança Nacional e, em seguida, com os "presidenciáveis". Depois da chuva de boatos, o que ficou claro é que as FFAA, apesar das suas divisões internas, se uniram em torno de um ponto: são contra as eleições diretas. Por que a cúpula militar se encontra unida, hoje, contra as diretas?

Novamente a mobilização dos trabalhadores mostra o que pode fazer. O engajamento de centenas de milhares de trabalhadores nos atos públicos da campanha das diretas, bem como o apoio de mais de 90% da população a esta tese, fizeram ver à cúpula militar que os trabalhadores querem derrubar o regime militar. Perceberam também que este sentimento pode transformar o Brasil em um nova Argentina. Portanto, a unidade da cúpula militar contra as diretas, significa a unidade para salvar o regime militar. Mas o que significa o regime militar?

O golpe gorila de 64 produziu dois efeitos significativos: a repressão à classe trabalhadora, que vem desde então sofrendo contínuos arcosos nos seus salários, chegando à miséria atual; e também a consolidação e institucionalização de uma relação privilegiada entre os militares e a burguesia (tanto nacional como a imperialista), onde os primeiros investem dinheiro público nas empresas dos segundos. O resultado desta relação é o envolvimento do Estado em inúmeras negociações que proporcionam grandes lucros e privilégios para os dois lados.

Todos os escândalos denunciados pela imprensa, nada mais são que a ponta desse imenso iceberg. Debaxo d'água fica escondido o maior complexo de tráfico de influências, corrupção, desvios de dinheiro públicos, enriquecimentos ilícitos jamais vistos (ou noticiados) no Brasil, sem sofrerem a menor punição. Vejamos alguns exemplos.

No dia 16/02 o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) assumiu mais uma parcela da dívida externa, no valor de 184 milhões de dólares da Cia Florestal Monte Dourado, o famoso Projeto Jari. Foi elaborado por 23 multinacionais, faliu e foi "nacionalizado" por Figueiredo em 82. A "nacionalização" significou ficar com a dívida externa do grupo que, até agora, está em 1,63 bilhão de dólares. O autor da "nacionalização", o general Rubem Ludwig (atual ministro do Gabinete Militar) receberá por 40 anos os dividendos oriundos do projeto. Outras ajudas do governo a empresas falidas aparecem nos escândalos da Coroa-Brastel, Capemi, Delfin, etc.

Casos de corrupção não investigados, ou quando o são, que não chegam a conclusão alguma, crescem dia a dia. Como exemplo vivo e famoso disso, temos o Sr. Delfim Neto. Este, quando à frente da

embaixada brasileira na França, a tornou conhecida como a embaixada dos 10%. Em cada contrato de empréstimo efetivado, Delfim levava 10%. Este caso, conhecido como o relatório Saraiva, foi alvo de investigações, mas não chegou a nada. Temos ainda as denúncias feitas pelo "Time Magazine" que creditam ao general José Costa Cavalcanti, presidente da binacional Itaipu, o recebimento de 140 milhões de dólares, de presentes e gorjetas das companhias de material elétrico européias, para poderem participar da construção da hidroelétrica.

Onde o tráfico de influências mais se expressa é na carreira do general Mário Andreazza. Esse "presidenciável" tem pouca representatividade entre os oficiais gerais da ativa, mas encontra grande apoio nos oficiais da reserva, que hoje estão à testa das estatais, servindo de canal para as negociatas. No governo Médici, Andreazza, como ministro dos Transportes, fez a fortuna de inúmeras construtoras, além da sua, é claro, quando

construiu as inúteis Transamazônica e Ponte Rio-Niterói. Se for eleito pelo Colégio Eleitoral, como presidente Andreazza pretende ligar o Rio São Francisco aos rios secos do Nordeste para torná-los perenes e assim resolver o problema da região. O custo do projeto seria de 2 bilhões de dólares, com um prazo de 40 anos para a conclusão das obras! Este projeto foi apelidado de Transamazônica fluvial, onde certamente rios de dinheiro irão correr para os bancos internacionais. É esta estrutura toda que pode explicar o fato do general Golberri, quando chefe do gabinete civil de Geisel, ser ao mesmo tempo funcionário do Dow Chemical, multinacional da indústria química. O próprio Geisel é hoje presidente da Norquisa (estatal petroquímica do pólo Camaçari).

É assim que, sendo "castelistas" ou "medicistas", não importa, as cúpulas militares se unem para impedir que esta instituição, chamada regime militar, onde o tráfico de influências, negociações, corrupção, clientelismo, desvio de verbas são qualidades, seja arranhada por quem quer que seja. Vão contra as diretas porque querem ter certeza que os próximos governos não investigarão as suas falcatruas. Eles têm medo que os trabalhadores brasileiros criem um novo Alfonsín, mesmo que este seja burguês. A "oposição" procura dar aos generais a certeza de que não será assim. Não cansam de repetir que são contra o "revanchismo". Para eles, tocar no assunto é como mexer em uma casa de marimbondos. Por querer manter a essência do regime atual, o poder e a impunidade dos militares, a "oposição" quer negociar.

Sabemos que o fim do regime militar e da ditadura não virá através de negociações. A idéia de negociações só pode ser sinônimo de sua continuidade e nunca do seu fim.

Aureliano:

Surge o "consenso"

Nas últimas semanas, o vice presidente Aureliano Chaves vem ganhando destaque no noticiário da grande imprensa como o "bom moço" do regime, o candidato "ético" à sucessão de Figueiredo. O próprio Aureliano pelas suas últimas declarações, e principalmente pelo discurso que proferiu no último dia 20 para a nata do empresariado paulista, faz questão de reforçar essa imagem, que nada mais é do que isto, **imagem**.

Na verdade, esse sr., comprometido até a medula com a ditadura militar, a quem sempre serviu e à qual procura manter, como um dos mais importantes nomes a concorrer, pelo PDS, no espúrio Colégio Eleitoral, iniciou uma diferenciação com o cada vez mais decomposto governo Figueiredo, demonstrando por aí toda a extensão da crise política do regime. Aureliano busca se apresentar como descomprometido com a corrupção e os desmandos do atual governo porque essa é melhor forma de se apresentar aos patrões e às oposições burguesas como o "homem do consenso", como a saída "ética" para manter a podridão moral da ditadura.

O discurso de Aureliano do dia 20, delineou sua ruptura com o governo Figueiredo, pelo seu conteúdo de ataque a Maluf, Andreazza e Delfim.

A reunião de Figueiredo e dos ministros militares com os quatro presidenciáveis tinha endereço certo: intimidar e refrear o PMDB e Aureliano, o primeiro pela campanha das diretas e o segundo pela sua emergência como candidato de consenso à revelia do Planalto. O primeiro objetivo foi conseguido: as oposições começaram a recuar. Mas o segundo revelou-se furo n'água. Aureliano não só seguiu com o seu discurso, como aprofundou-o em São Paulo, no dia 20, perante os patrões paulistas.

Aureliano desgarrar-se do governo para se firmar como a alternativa de consenso cada vez mais palpável para importantes setores da burguesia nacional, desde banqueiros como Olavo Setúbal a industriais do porte de Antonio Ermírio de Moraes, o maior patrão do país.

O vóo dissidente de Aureliano já provocou pelo menos um outro choque de proporções com o governo federal, envolvendo o governador do Ceará, Gonzaga Mota, aurelianista, que, vendendo preterido por Andreazza na concessão de verbas para o seu Estado, chegou a ameaçar o ministro do interior, também presidenciável, com um ato público convocado para bombardeá-lo e à sua candidatura.

Isso tudo tem nome: crise política do governo e do regime.

Para os trabalhadores, a "ética" de Aureliano, da mesma forma que a carraça de Figueiredo, é sinônimo de fome, arrocho, desemprego e repressão.



Marcha dos 60 mil no Rio de Janeiro

Amazonas

A malufada de Mestrinho

No ato pelas diretas de Manaus, realizado no dia 18, o governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, do PMDB, lembrou os bons tempos repressivos da ditadura militar. Como não bastasse ter boicotado a preparação unitária do comício, afirmando que o ato era do PMDB, Mestrinho, através da sua polícia e de seus capangas, atacou de forma violenta a manifestação. Esta política foi responsável pela presença de apenas 6 mil pessoas no comício.

Durante o ato, o governador impediu que se pronunciasse qualquer discurso contra Figueiredo e, de quebra, reprimiu o PC do B, arrancando suas faixas e bandeiras. Atacou Alicerce, prendendo alguns companheiros, mostrando não estar nem um pouco inibido com as vaías que recebia dos manifestantes.

Com este ataque fascista, Mestrinho deixou claro que é o governador mais repressivo do país, superando a todos do PDS. Já tinha dado uma boa mostra da sua índole fascista na greve dos professores estaduais, que reivindicavam as suas hipócritas promessas de melhores salários. A greve não foi só duramente reprimida, como também teve centenas de professores demitidos pelo governador.

Mas a repressão ao ato não foi gratuita: Mestrinho iria receber, com festa, a visita de Figueiredo no dia 22. Por isso, reprimiu de forma canalha e fascista a mobilização pelas diretas.

Este estúpido personagem é hoje a expressão mais clara do servilismo das oposições burguesas à ditadura militar, chegando mesmo a ser um corpo estranho na luta pela conquista das eleições diretas. Não é por acaso que Mestrinho é declaradamente a favor de Aureliano, se as eleições forem indiretas.

Fala José Maria: Avançar é preciso. Fugir não é preciso

A luta pelas diretas continua a se aprofundar pelo país afora, apesar do evidente recuo que começa a dominar as oposições burguesas (PMDB e PDT). Os novos atos de Osasco, Recife, Belém, Natal, Manaus e a passeata do Rio de Janeiro somaram juntos mais 150 mil pessoas às 700 mil que já haviam saído às ruas para exigir diretas, já, e o fim do regime militar. Ao mesmo tempo se aprofunda a luta contra o arrocho e o desemprego. As greves dos metalúrgicos de Sertãozinho, da MWM, de Jundiá e a mobilização unificada do funcionalismo público paulista constituem apenas alguns exemplos desse fato. Nesse quadro, o ato de Osasco, pelas diretas, se destaca por ser o primeiro do cinturão operário da Grande S. Paulo, onde está a vanguarda dos trabalhadores do país, expressando, inclusive, a democracia que deve caracterizar a campanha (falaram os representantes de todos os partidos operários proibidos por lei (PC, PC do B e MR-8) e também Alicerce, como corrente socialista do PT.

As mobilizações até aqui demonstraram que, além

da necessidade, existe a possibilidade de se ir adiante. A crise da ditadura se aprofunda a olhos vistos, sob o impacto dos grandes atos de rua. O crescente distanciamento de Aureliano com a equipe do Planalto, a divisão que cresce no interior do PDS acerca da cotação da emenda constitucional que restabelece as diretas, provam isso.

No entanto, no momento em que é mais necessário avançar, as oposições burguesas, o PMDB, o PDT, começam a recuar. Recuam à partir da advertência dos ministros militares contra as mobilizações que vêm tomando conta do país e contra a marcha sobre Brasília no dia da votação da emenda pelas diretas.

Com isso, esses partidos deixam claro que não querem se enfrentar com os militares. No Rio de Janeiro, a passeata do dia 16, que reuniu 60 mil pessoas, se deu contra a vontade de Brizola, representando, para ele, uma derrota política. Em Manaus, o governador Gilberto Mestrinho, revelando-se, de fato, inimigo das diretas e, muito mais ainda, dos trabalhadores, simplesmente lançou a polícia contra o ato do dia 18.

Estes fatos vêm confirmar, dramaticamente, o que vimos defendendo desde o início da campanha pelas diretas: a necessidade dos trabalhadores assumirem a sua direção, a necessidade de se incorporar a ela os métodos de luta e a dinâmica da classe operária.

Nesse sentido, as resoluções aprovadas pelo PT, que propõem a centralização nacional da campanha e o avanço das mobilizações, são profundamente positivas. Positivas, mas parciais, na medida em que

não tocam na proposta de Greve Geral para o dia da votação da emenda pelas diretas.

O impasse evidente a que chegou a campanha, da mesma forma que o impasse existente nas lutas isoladas dos trabalhadores contra o arrocho e o desemprego, colocam a Greve Geral no centro da continuidade e da mobilização. Só ela poderá romper esses impasses, abrindo caminho para a unificação da luta contra a fome à luta contra a ditadura militar.

Por isso mesmo, a direção da CUT, reunida em São Paulo nos dias 18 e 19, ao não marcar a data da Greve Geral para o dia da votação da emenda Dante de Oliveira, perdeu uma grande oportunidade de dar uma alternativa clara para a campanha e para a continuidade da luta dos trabalhadores neste processo. Entretanto, ao manter-se abria como o mês de referência para a Greve (numa proposta tímida frente às exigências do momento), essa possibilidade continua aberta.

De nossa parte, seguiremos lutando pela Greve Geral pelas diretas a 11 de abril, seguiremos chamando o PT e a CUT a assumirem o papel que lhes cabe nesta luta, colocando a classe trabalhadora na vanguarda da campanha.

Seguiremos lutando pelo fortalecimento da intervenção dos trabalhadores e estudantes nesta luta, organizando comitês pelas diretas nas escolas, nas empresas, nos bairros. Estes comitês, se aprovada a Greve Geral, irão se constituir nas organizações de base pela sua garantia em todo o país.

Marcha? Que marcha?

Estas perguntas, em tom de desconversa envergonhada, refletem bem o clima reinante entre os dirigentes do PMDB, após o término da reunião da Executiva Nacional do partido, no dia 17.

Não podia ser diferente o comportamento de Ulysses Guimarães e de seus pares. Afinal, a máxima direção do PMDB havia acabado de recuar da sua proposta de realização da marcha-monstro sobre Brasília, com caravanas de todo o país, no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, no Congresso Nacional.

Ao fazer isso, o PMDB deu provas concretas de que, na campanha pelas diretas, pode querer tudo, menos assumir qualquer atrito com os militares, o que vale dizer, chocar-se contra o regime. Na verdade, o recuo da direção do PMDB teve motivos bem claros: dias antes, quando da reunião de Figueiredo com os presidenciáveis do PDS, havia um borburinho em torno a um documento dos ministros militares advertindo claramente contra a campanha pelas diretas e, particularmente, contra a marcha sobre Brasília, proposta por Ulysses Guimarães e assumida por todos os setores combativos como um passo adiante na mobilização.

A pressão tomou cores mais concretas quando o Planalto, através do ministro Abi Acker, acenou com a reinstauração das medidas de emergência sobre a capital federal, caso ocorresse a marcha. Isso, evidentemente foi demais para a direção burguesa da campanha, que teme irritar os militares.

Esse foi o primeiro grande recuo das oposições burguesas na campanha pelas diretas. Ele, mais do que nunca, confirma a necessidade de que o PT e a CUT assumam para a classe trabalhadora peso dirigente na sua condução. Isso não se fará com a participação pura e simples dessas organizações nos atos unitários pelas diretas. Mais do que isso, se fará com a incorporação das propostas mais combativas para a continuidade da campanha, entre as quais estão a marcha sobre Brasília e a realização de um novo ato, que reúna mais de 700 mil pessoas em São Paulo. E, sobretudo com a incorporação dos métodos de luta próprios da classe operária, entre as quais desponta a Greve Geral em abril.

PT: três boas propostas

A reunião do Diretório Nacional do PT adotou, no último fim de semana, três resoluções muito importantes em relação à campanha das diretas. De forma distinta da direção da CUT (por que, não sabemos), a direção do PT, está muito mais ligada à campanha das diretas, e basta ver a participação de Lula nos comícios (nos quais nem sempre fala alguém da CUT), para sentir isto.

A primeira resolução do Diretório é a de manter a posição do PT a favor da marcha sobre Brasília, no dia da votação da emenda por eleições diretas. O PMDB recuou desta proposta, e a firmeza do PT é importante neste momento para tentar garantir a marcha.

Criar uma coordenação nacional da campanha, é a proposta contida na segunda resolução. Aqui, o PT, de fato, impulsionou a organização nacional da campanha, pois, no dia 22, foi criado o Comitê Suprapartidário Nacional Pró-Diretas, que amplia e democratiza a condução da campanha no país, até aqui monopólio da Executiva Nacional do PMDB. A primeira grande luta do PT na reunião inaugural desse Comitê, no dia 14/03, será a de garantir a manutenção da marcha sobre Brasília no dia da votação da emenda, revertendo o recuo do PMDB.

A terceira posição do PT é favorável a um dia nacional de lutas pelas eleições diretas. Esta proposta foi inclusive já defendida por Ulysses Guimarães, antes das oposições iniciarem seu recuo atual. Seria possível colocar dois milhões de pessoas nas ruas ao mesmo tempo, de norte a sul do país, ou ainda mais, em defesa das diretas. Um ato inédito na história do país, esta a proposta do PT.

As três resoluções são muito positivas, e mostram a diferença do PT em relação ao recuo das oposições burguesas. Mas era necessário que o PT também se definisse pela proposta de Greve Geral em abril, como é defendido pela CUT. A nossa proposta é de Greve Geral no dia da votação da emenda pelas diretas. Lula em seus comícios de todo o país, poderia divulgar a idéia de greve, e junto com os sindicatos da CUT pressionar pela base por sua realização. Esta seria ao nosso ver, uma quarta resolução necessária do Diretório Nacional do PT.

A CUT mantém a greve, mas...

A reunião da Direção Nacional da CUT, no último fim de semana, era aguardada com ansiedade. A greve marcada para abril não estava sendo encaminhada, e a CUT como um todo não está intervindo com a força dos 1200 sindicatos e associações (os presentes à sua fundação) na campanha pelas diretas. Esta reunião poderia reverter esta situação.

Uma proposta clara: Greve Geral no dia da votação da emenda

A CUT de Goiás trouxe uma proposta por escrito defendendo que a CUT se definisse pela proposta da Greve Geral no dia da votação da emenda pelas diretas. A CUT do Amazonas defendia a mesma proposta, assim como Jacó Bittar, da Executiva Nacional. Estes setores defenderam, como nós, que a classe operária deve lutar pela direção da campanha das diretas para evitar que ela fique em mãos da burguesia liberal. A CUT deveria chamar a Greve Geral no dia da votação da emenda, colocando as diretas no centro da mobilização, e incorporando outras reivindicações dos trabalhadores, como aumento salarial de emergência e o fim do regime militar. A CUT apontaria assim uma perspectiva clara para a campanha das diretas, vinculando-a à sua proposta de Greve Geral.

No entanto...

Mas na reunião prevaleceram outras opiniões, que apontavam na prática para a desmobilização da greve geral e por um certo distanciamento (ou mesmo negação) das eleições diretas.

Os representantes de São Paulo (particularmente Azevedo, Clara Ant, Meneguelli, Arnaldo Chinaguia), do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Espírito Santo e outros, afirmavam não ver condições para uma greve, e por isto não estavam de acordo com a marcação da data. Também tendiam a não ver força na CUT para o lançamento da greve e por isto propunham que se discutisse com todos os setores e partidos (o que inclui o PMDB, PDT, além da Conclat).

Estes companheiros, na realidade não viam que, em primeiro lugar, o trabalho que a direção da CUT e as direções sindicais fizeram de organizar a greve foi pequeno (ou em muitos lugares inexistente). Por isto a preparação da greve está fraca até agora. Não se pode culpar os trabalhadores por esta situação. Mais ainda, não se encara a mobilização pelas diretas como parte da grande luta contra a ditadura, que poderia ser direcionada para a Greve Geral. Havia dirigentes que numa parte do informe diziam que o ato pelas diretas em sua cidade foi o maior de toda a história, e ao analisar a possibilidade da Greve Geral dizia que não estava se passando nada, que não existia nenhuma condição para a Greve.

Aliás, o distanciamento e desconfiança em relação à campanha das diretas era evidente. Uma representante do Rio de Janeiro chegou a afirmar que nos atos "só ia a classe média". Com esta atitude a CUT vai continuar

distante da campanha das diretas, deixando os trabalhadores (e não só a classe média) à mercê da burguesia liberal.

A resolução: um equívoco

Acabou sendo proposta uma resolução de compromisso, que na realidade não é um compromisso com a greve geral. A resolução (que publicamos ao lado), mantém abril como referência para a greve geral. Referência quer dizer que tanto pode ser em abril, como maio, ou outro mês. Ou seja, um passo atrás da resolução da reunião de dezembro, que fixava abril como mês para a greve. Um outro passo atrás está na "discussão com todos os setores", o que inclui, como foi dito na reunião, o PMDB, PDT, etc. Na reunião de dezembro, tinha sido fixado como objetivo a discussão com os pelegos da Conclat, acompanhado de pressão pela base destes sindicatos, como forma de preparação da Greve. Agora a proposta, na realidade, condiciona a realização da Greve à aceitação desta por patrões representados nos partidos burgueses como o PMDB, e PDT, o que é um equívoco. Evidentemente que a resposta destes setores será não.

Por último, a resolução não parte da campanha das diretas que existe para chegar à Greve Geral. Não coloca a reivindicação das diretas no centro da greve, mas como uma palavra de ordem a mais, no meio de outras. Hoje é possível unificar os trabalhadores rapidamente para uma Greve Geral pelas diretas (uma luta contra a ditadura) com muito maior facilidade do que qualquer reivindicação. Junto a esta reivindicação podemos acrescentar outras como o aumento de emergência e o fim do regime militar. O que não se pode fazer é diluir a questão das diretas que hoje mobilizam centenas de milhares de pessoas em todo o país. O encontro de delegados de Campinas (realizado no fim de semana passado) votou como eixos da Greve Geral exatamente estes dois pontos: as diretas e um aumento salarial de emergência.

E agora?

Esta é a alternativa. Mas não podemos manter a CUT à margem da luta contra a ditadura que se dá agora, na

campanha das diretas. Entrar nesta campanha para lutar para que sua direção escape das mãos da burguesia liberal, lutar pela Greve Geral pelas diretas, hoje, pode colocar a CUT novamente com a força que tinha em agosto de 83, e multiplicá-la.

É possível mudar a realidade atual. O marasmo em que vive a CUT hoje não será sacudido se não houver intervenção na luta de classes, e a principal delas é a campanha das diretas.

A resolução final da reunião terminou sendo uma espécie de adiamento da decisão. Nem suspendeu a greve, como queria alguns e como dava a entender a posição de outros, nem definiu uma política clara para a greve para começar a sacudir a CUT, como queríamos. Em fins de março a Executiva se reúne para verificar o resultado dos contatos com todos os setores e definir então uma política: a suspensão ou a marcação de uma data e definição de uma política clara.

É muito provável que com este adiamento a maioria das direções sindicais continue sem se mover para intervir na campanha das diretas e preparar a Greve Geral. Ou seja, continua o desgaste e o imobilismo. No entanto, como a definição final ficou para fins de março, é possível que haja reação das bases da CUT no sentido de que os sindicatos se posicionem claramente pela greve geral, no dia da votação da emenda, e que se ponha a CUT em ação na campanha das diretas. Esta é a nossa expectativa e a nossa posição.

Aqui, a resolução da Direção Nacional da CUT

SOBRE A GREVE GERAL

A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, em reunião realizada em São Paulo, em 19 de fevereiro de 1984, aprovou a seguinte deliberação sobre a Greve Geral:

1 — A CUT considera que as condições para a deflagração da Greve Geral estão dadas. Neste sentido, conversará com todos os setores da sociedade sobre a necessidade de encaminhá-la.

A CUT conclama a todos que discutam, divulguem e organizem a greve geral em todos os locais e momentos. E, em todos os momentos e instâncias, a CUT manterá a proposta do mês de abril como referência para a deflagração da Greve Geral.

2 — O desemprego, o arrocho salarial, o pacote da Previdência, os aumentos do BNH, a corrupção e a violência estão levando os trabalhadores ao desespero. A questão agrária já passou dos limites da tolerância. Estes e outros fatores, como a falta de liberdade sindical e a grande participação das massas na campanha por eleições diretas, demonstram que precisamos encontrar a forma de viabilizar o quanto antes a Greve Geral contra toda esta situação caótica.

3 — Considerando que, no mês de abril, teremos a votação da emenda por eleições diretas, teremos grandes campanhas salariais, é o mês que antecede o reajuste do salário-mínimo, e o golpe militar completa seus vinte anos de opressão e violência sobre o povo brasileiro, a CUT propõe que, em todos os momentos e em todas as instâncias (assembleias sindicais, Congressos Estaduais, Regionais, partidos políticos, movimentos populares) se discuta a necessidade de deflagração da greve, tendo abril como referência.

Neste sentido, agilizaremos conversações com todos os setores, conclamando-os a se unificarem na coordenação, organização, avaliação e deflagração da greve geral.

É importante reforçar que os eixos amplamente discutidos no movimento sindical e divulgados pela CUT serão mantidos. São Paulo, 19 de fevereiro de 1984.

A DIREÇÃO NACIONAL

Manaus

Continuamos na batalha pela Greve

Depois da reunião da CUT, entrevistamos os representantes do Amazonas, Jaques e Adonay para saber como vêem a situação da preparação da greve e as diretas agora. Eles já vieram para a reunião com o Amazonas numa situação mais favorável do que em 83, com a vitória da oposição dos metalúrgicos ligada à CUT.

Alicerce — Como vocês vêem a situação agora, depois da reunião da CUT?

Jaques — O que a gente está vendo é que o povo está nas ruas, exigindo eleições diretas e o fim do regime militar. Neste momento de mobilização nacional pelas diretas, a CUT tem que chegar nos comícios, nos palanques, nos debates, nas portas das fábricas, e colocar a proposta da Greve Geral, para o dia da votação da emenda.

Eu penso que cada um dos dirigentes da CUT devem agora voltar para os seus Estados e assumir o compromisso de criar as condições para a Greve Geral. O que não vale é ficar parado e depois vir dizer que nada está feito, organizado, e por isto, não dá para fazer a Greve.

Adonay — É isso, temos que partir para as portas das fábricas, formando comitês pró-diretas, que amanhã podem ser organismos de base pela Greve Geral. Nós temos condições objetivas para tanto.

Químicos Campinas

A chapa 2, de combate, foi lançada

presidente Agenor (que também é membro da Direção Nacional da CUT), a recém-eleita Chapa 2 do Sindicato dos Metalúrgicos de São José, membros da Diretoria do Sindicato dos Bancários de Campinas, a Oposição Metalúrgica de Campinas, Pastoral Operária e Alicerce.

Entre as várias intervenções dos companheiros é de se destacar que a maioria delas giraram em torno da CUT, das eleições diretas e da necessidade de organizar a greve geral de abril. Estes pontos marcam o programa da chapa. Um programa político e de combate. Destacou-se também que a oposição química de Campinas não representa um fenômeno isolado, fazendo parte, ao contrário, de um amplo movimento nacional de organização de oposições sindicais,

que demonstra que centenas de novos ativistas estão surgindo como produto da luta contra a ditadura e a miséria.

Se o ato de lançamento mostrou a força e a representatividade da Chapa, as panfletagens nas portas das fábricas e a aceitação aí do seu programa, mostram também que ela atende aos anseios dos trabalhadores. Foi comum observar o contentamento dos operários quando recebiam a carta-programa e nela podiam ler, em letras grandes: Fora o Comodismo! Por um Sindicato de Combate! Todo apoio à CUT! Fora Figueiredo e Delfim! Eleições diretas, já! As condições para a queda de mais um pelêgo estão dadas. Agora, é batalhar para que isso aconteça.

Na linha de combate

Oposições Sindicais

Não é só a campanha pelas diretas que vai avançando entre os trabalhadores. O sentimento pela derrubada dos pelegos e pela transformação dos sindicatos em armas de combate para os trabalhadores, na sua luta contra a ditadura, também avança. Neste último fim de semana ocorreu o ato de lançamento da Chapa 2, de oposição ao Sindicato dos Químicos de Campinas. Com a presença de 90 pessoas, o ato foi a demonstração do ânimo e do espírito de combate da categoria. Várias entidades estiveram presentes: Sindicato dos Químicos de Sto. André através de seu

6

Alicerce na campanha das diretas
De norte a sul do país, uma só voz:

Greve Geral pelas diretas!

Alicerce da Juventude Socialista está participando da luta pelas eleições diretas, de norte a sul do país. Em Belém, em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro, as bandeiras socialistas marcavam claramente nossa posição: **Greve Geral pelas diretas em abril!**

No Rio de Janeiro, participamos da passeata dos 60 mil, com uma coluna de cerca de 300 companheiros, muito combativa, que teve de se manter firme para garantir o direito de gritar as palavras de ordem sobre a Greve Geral, pois a direção do ato queria impedir essa manifestação. Não foi permitida a palavra a nenhum orador de Alicerce, mostrando claramente que a direção do ato utilizou-se de métodos extremamente anti-democráticos.

Já em Osasco, permitiu-se que todas as correntes operárias se manifestassem, entre elas Alicerce, que foi representada por "Peninha", combativo professor e militante socialista, que expressou claramente a necessidade da Greve Geral para se conquistar as diretas (ver no box ao lado a intervenção de Alicerce no ato de Osasco). Também Nádia, presidenta da União dos Estudantes de Osasco (UEO), eleita pela chapa Alicerce, defendeu a Greve Geral no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, tendo sido muito aplaudida.

Tanto em Recife, quanto em Natal, os companheiros do PT estão apoiando a proposta de Greve Geral pelas diretas. Esta proposta deve ser estendida para todos os lados. Só parando o Brasil poderemos, de fato, derrubar os militares.

intervenção de "Peninha", dirigente de

Alicerce, no ato de Osasco

Tem gente do governo dizendo que apóia as diretas. Se o vice-presidente Aureliano concorda com as diretas, por que não foi ao comício da Sé? Por que não está aqui, nesta praça? Por que é candidato no Colégio Eleitoral? Por que não diz na frente do povo que está do lado do povo?

Outros defendem as diretas prá depois. Prá quando? Prá 1990? Quando a gente já tiver morrido de fome? Não, companheiros, tem que ser **diretas, já!**

Muita gente pode perguntar: como vamos conseguir as diretas? Nós vamos de novo prá praça. Vamos fazer outro comício, maior que o da Sé. Vamos marchar para Brasília e exigir dos deputados e senadores que votem nas diretas. Porém, companheiros, ditadura é osso duro de roer. Não cai do galho só com a sacudida que estamos dando. Na Bolívia e na Argentina teve Greve Geral e as ditaduras caíram com galho e tudo.

Vamos fazer o mesmo. Vamos propor pros partidos, pros sindicatos, prá CUT e CONCLAT, pros estudantes, todo mundo junto numa Greve Geral no dia da votação da emenda das diretas no Congresso. Vamos acabar com a ditadura militar. Vamos parar o Brasil antes que caia no abismo. Vamos parar todo o Brasil para ter as diretas agora, **diretas já!**

Você quer formar um comitê pelas diretas?

Em todas as fábricas, bancos, empresas em geral, nas escolas, nos bairros, existem muitas pessoas a favor das diretas. Você, companheiro que está nos lendo, pense em todos que o rodeiam que são a favor de ter o direito de eleger o presidente da República.

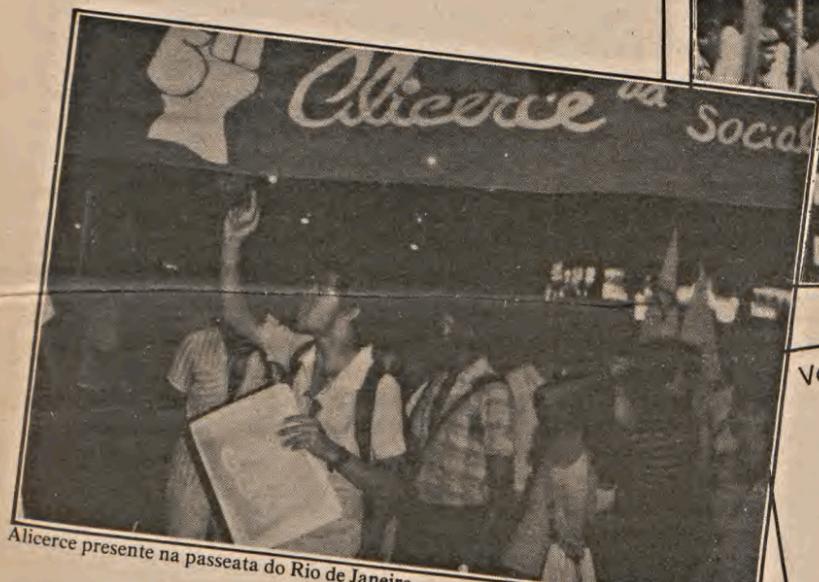
Mais ainda, tudo indica que estas pessoas são maioria esmagadora em seu lugar de trabalho, estudo ou moradia. As pesquisas de opinião pública indicam que entre 80 e 90% da população é favorável às eleições diretas. Os atos pelas diretas são gigantescos. Assim, se você quiser fazer alguma coisa pelas diretas, certamente vai encontrar apoio.

É preciso ver como é possível juntar as pessoas que não só são a favor das diretas, como estão dispostas, como você, a fazer alguma coisa para conseguí-las. Estas pessoas existem, seguramente, na empresa em que você trabalha, na escola em que estuda, ou no bairro em que você mora. O importante é entrar em contato com elas e buscar alguma atividade concreta que possam fazer em comum. Desde a distribuição de panfletos ou de adesivos pelas diretas, à organização de um plebiscito ou de uma eleição simulada na empresa, escola ou bairro. Ou um pequeno comício na feira, ou qualquer outra atividade. Esta reunião de pessoas que queiram fazer algo pelas diretas é um **comitê**.

Nós propomos que se formem comitês em todos os lugares em que for possível. Para nós, é possível multiplicar a campanha e engajar milhares de ativistas novos, formando esses comitês.

Agora, por exemplo, é possível se formar comitês nas empresas (com cuidado, por causa dos patrões), em função da multiplicação dos comícios e eleições simuladas realizados nos locais de trabalho. No Banco do Brasil, em São Paulo, por exemplo, estão se formando comitês pelas diretas. Para os universitários é até fácil organizar comitês para encaminhar o plebiscito e a greve nacional no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, chamados pela UNE. Os secundaristas estão sendo convocados pelas Uniões Metropolitanas e pela UPES para fazerem o mesmo.

Você, companheiro que nos lê, não quer trabalhar conosco para formar um comitê?



Alicerce presente na passeata do Rio de Janeiro



Eduardo Guerreiro

Você é a favor de votar para presidente?
SIM NÃO
Numa eleição direta, em quem você votaria?
.....

No ato de Natal, a estréia de Alicerce

TÁ COM MEDO SEU JOÃO CHEGOU A HORA DE ELEIÇÃO (bis) A GENTE PEDE ELE NÃO DÁ TUDO BEM DEIXA PRÁ LÁ COMO É QUE VAI FICAR EM ABRIL O BRASIL TODO VAI PARAR PRA ACABAR COM A DITADURA MILITAR!

Esta marchinha, proposta pelos companheiros do Alicerce, foi ganhando a simpatia, em primeiro lugar dos companheiros do PT e em seguida de todos que estavam presentes ao ato pró-diretas no último dia 10 em Natal.

Entre os muitos oradores, o companheiro do PT destacou-se na inter-

venção em defesa da greve geral para abril, em reivindicar o poder para os trabalhadores e exigir a legalização dos partidos.

A presença de Alicerce da Juventude Socialista foi anunciada pelo apresentador do ato, foi também citada pelo orador do PT e, ao final do ato, uma companheira do Alicerce cantou a marchinha, entusiasmando a todos. E nossas bandeiras vermelhas também se fizeram presentes, vibrando ao vento: "Eleições Livres e Diretas" e "Greve Geral em Abril".

Sem dúvida, foi uma bela estréia dos companheiros socialistas de Natal, que impactaram com sua combatividade e propostas políticas todos os presentes ao ato.

Mais uma sede socialista

Os companheiros de Jundiá, vão inaugurar sua sede no próximo domingo às 19 horas, com uma palestra sobre:

Os socialistas e as eleições diretas

Nas fábricas, simuladas pelas diretas!

Alicerce está realizando eleições simuladas em portas de fábricas e em feiras-livres, usando cédulas iguais a esta acima. A resposta dos trabalhadores não tem sido outra: a esmagadora maioria responde SIM, a favor de votar para presidente. E, em relação a quem escolheriam como presidente, LULA tem sido, individualmente, o mais votado.

Damos abaixo os resultados das si-

muladas realizadas em fábricas de Guarulhos e em uma da Zona Norte de São Paulo. É uma iniciativa que todos os comitês pró-diretas deveriam impulsionar, seja no local de trabalho, seja na escola, seja no bairro. Alicerce se dispõe a divulgar todos os resultados destas simuladas, basta que sejam enviadas ao jornal e, se possível, acompanhadas de fotos.

FÁBRICAS				FÁBRICAS			
	Morcego (Guarulhos)	Maggion, MEB e Aciulla (Guarulhos)	Aliança (Zona Norte, SP)		Morcego (Guarulhos)	Maggion, MEB e Aciulla (Guarulhos)	Aliança (Zona Norte, SP)
A favor da eleição direta	105	269	137	PDT			
Contra a eleição direta	2	18	3	Brizola	—	—	2
Branco	2	11	—	PTB			
Nulos	3	1	—	Jânio	1	2	—
TOTAL	112	352	140	PDS			
PT				Maluf	10	4	6
LULA	24	21	22	Aureliano	13	10	6
Jacó Bittar	—	—	1	Beltrão	4	1	—
Airton Soares	—	—	1	Andreazza	4	—	—
PMDB				Figueiredo	1	1	—
Ulysses Guimarães	6	12	8	Sem partido			
Tancredo	2	6	11	Fidel Castro	1	—	
Montoro	3	1	2				

Sucessão na URSS

Quem escolheu Tchernenko?



Lenin, Trotsky...

Sabemos que na URSS atual existe um regime de opressão sobre as massas trabalhadoras. Mas quando afirmamos isto, nos diferenciamos dos políticos burgueses no próprio sentido da palavra "democracia".

Num estado operário, o que está em jogo não são as eleições diretas burguesas — o direito de votar, a cada quatro ou seis anos, num dos candidatos oferecidos por algum partido, para que os escolhidos ocupem certos cargos nos próximos quatro ou seis anos... A democracia proletária é algo muito maior: votar a cada dia, exercer diariamente o poder através dos organismos de classe.

Um sonho? Esse sonho já foi realidade, nos primeiros anos desde a Revolução Russa de 1917, à época de Lenin e Trotsky, quando a República Soviética tinha o pleno significado do sistema mais democrático já experimentado pelos trabalhadores na História. Cada operário, cada camponês e cada soldado russo exercia o poder através de seus *soviets* (conselhos), eleitos em assembleias nas fábricas, bairros, aldeias, nas frentes de batalha.

Nessa época, um membro de um Conselho local ou

delegado ao Congresso dos Soviets não tinha um "prazo" de exercício; seu mandato podia ser revogado a qualquer momento pelos que o elegeram. Esse princípio de funcionamento implicava não só numa "fiscalização" contínua por parte da base, como também numa participação direta dos trabalhadores no poder, expressando sua vontade em todas as questões que lhes diziam respeito.

Stalin, Kruschev, Brezhnev, Andropov, Tchernenko...

Tudo isso se perdeu, na burocratização que, embora mantendo a conquista maior da Revolução — a coletivização da propriedade — foi corroendo o Estado operário, num retrocesso político indiscutível.

Muitos fatores, externos e internos, contribuíram para que isso acontecesse: a derrota da revolução nos países europeus, mantendo o isolamento econômico e político da Rússia atrasada; a prolongada guerra civil e a guerra imperialista entre os países capitalistas, trazendo fome e miséria e esgotando as forças do proletariado russo. Essas e outras razões permitiram o surgimento e fortalecimento de uma camada burocrática, vinda em grande parte dos quadros do czarismo.

O processo culminou na luta da camarilha encabeçada por Stalin contra a direção revolucionária de 1917, dando as bases para a monstruosa burocracia soviética, que hoje alcança 20/25 milhões de prósperos

A morte do principal dirigente da URSS, Yuri Andropov, no dia 9 de fevereiro, só foi comunicada ao povo soviético quase 24 horas depois. E mal terminou o enterro, anunciou-se a indicação do novo secretário-geral do Partido Comunista: Konstantin Tchernenko. Anúncios oficiais pelo rádio e TV — a isto ficou reduzida a relação que os trabalhadores soviéticos têm com a escolha dos dirigentes do seu Estado.

O enorme distanciamento entre a cúpula do poder e a maioria da população é explorado pelos arautos da burguesia. Aqui no Brasil, muitos aproveitaram para acusar de hipocrisia os comunistas e correntes de esquerda que participam da campanha por eleições diretas, criticando-os porque "não exigem democracia na URSS".

Hipócritas são esses indiretistas, que estão contra as liberdades democráticas mínimas, e procuram desmoralizar a campanha pelas diretas, confundindo a cabeça dos trabalhadores. Para eles, a atitude da burocracia soviética é pretexto para atacar a grande conquista representada pelo estado operário. Esses ataques de baixo nível abrem, entretanto, uma discussão: é possível haver socialismo com democracia? Nós socialistas, que estamos a favor das eleições diretas no Brasil, defendemos a plena democracia proletária na URSS e nos demais estados operários.

funcionários e suas famílias. Apesar de não serem proprietários das terras e fábricas, os membros dessa casta gozam de grandes privilégios, obtidos através do controle sobre a produção de toda a sociedade.

No interior da burocracia, foi se formando uma complexa estrutura de cargos e regalias, que se estreita até enfiar um imenso poder nas mãos de uns poucos homens, a cúpula do Kremlin. Andropov, como Brezhnev antes dele, acumulava os três cargos mais importantes na URSS: a secretaria geral do Partido Comunista, a presidência do Soviet Supremo e o comando das Forças Armadas e dos órgãos de repressão interna como a KGB.

Pela democracia soviética!

Essa concentração do poder só pode se dar através de um regime de opressão. Os organismos que representavam a vontade das massas trabalhadoras foram reduzidos a funções decorativas. Em vez dos delegados eleitos com mandatos revogáveis, hoje vemos dirigentes eternos, periodicamente confirmados, promovidos ou, às vezes, afastados, sempre por decisão da cúpula.

Em vez do respeito à autonomia dos povos da época de Lenin, hoje a alta burocracia soviética faz valer a sua vontade nos países do Leste Europeu, através das burocracias locais. E quando estas se mostram insuficientes, não hesita em intervir, seja diretamente (Hungria 1956, Tchecoslováquia 1968), seja promovendo ditaduras como a de Jaruzelski na Polônia.

Assim, os trabalhadores tornaram-se meros espectadores, tentando adivinhar qual a camarilha que está levando a melhor, a cada instante, entre os velhos da alta cúpula do Kremlin. Neste momento, parece que quem ganha força é o grupo de Brezhnev, ao qual pertence Tchernenko. Segundo vários analistas, essa indicação seria uma reação às medidas "modernizadoras" tomadas por Andropov. (Tais medidas foram uma tentativa de melhorar a eficiência dos altos escalões burocráticos, corroídos pela corrupção.)

São pequenas variações. O que continua na certa é a política geral da burocracia soviética: contra-revolucionária a nível nacional e mundial.

Por isso, assim como defendemos as liberdades democráticas, que hoje se expressam, no Brasil, na campanha pelas diretas, reclamamos o restabelecimento da democracia proletária na URSS.

Não à extradição dos montoneros!

Com uma ordem de prisão "administrativa" vinda do ministro da justiça, Abi Ackel, a Polícia Federal efetuou, há duas semanas, a prisão do fundador e secretário-geral dos Montoneros, Mário Firmenich. A prisão teve como origem, o pedido de extradição feito pelo governo de Alfonsín dos dois principais dirigentes montoneros, Firmenich e Fernando Narvaia, sendo que este último ainda encontra-se foragido quando fechávamos esta edição. A extradição é solicitada sob a acusação de "homicídio, associação ilícita e atentado contra a ordem pública".

Este episódio, lembra o caso dos ativistas uruguaios Lillian Celiberti e Universindo Dias, que, em 1978, foram seqüestrados numa operação clandestina da Polícia Federal, em Porto Alegre, e devolvidos para as garras dos torturadores uruguaios. A diferença reside apenas no fato de que na prisão dos Montoneros, a ação foi oficial, pois partiu de uma ordem pública e direta do ministro da Justiça. Porém, seja qual for a forma, a situação ou o tipo de regime (a ditadura uruguaia ou a "democracia" de Alfonsín), os governos burgueses não hesitam em cooperar-se mutuamente para reprimir organizações operárias e populares.

Alguns órgãos da imprensa burguesa tem elogiado a "imparcialidade" de Alfonsín, que tanto julga os militares pelos "excessos" na repressão, como os guerrilheiros por seus atos de violência. Sob o ponto de vista dos trabalhadores as coisas não são assim. Os Montoneros, apesar de seus métodos equivocados (ações terroristas indivi-

duais, isoladas do movimento de massas), expressou um setor da vanguarda, que passou a enfrentar com armas nas mãos a ditadura militar argentina e o seu enorme aparelho repressivo. Por sua vez, a ditadura argentina, representou um governo burguês genocida, agente direto do imperialismo ianque, que assassinou 30 mil pessoas para manter a propriedade privada e a exploração sobre os trabalhadores. Isso a classe trabalhadora não confunde e nem esquece. Entretanto, Alfonsín pretende colocar a violência dos militares e a resposta dos Montoneros no mesmo barco...

Não nos custa lembrar que o projeto de Alfonsín, dá aos militares a garantia de serem julgados por tribunais militares (ver Alicerce nº 40), o que significa impunidade real. Alfonsín oferecerá essa mesma garantia aos Montoneros? Por certo que não! A perseguição aos Montoneros deixa claro que, sob o governo "democrático" de Alfonsín, permanecem vivos os mecanismos de repressão contra os trabalhadores, setores populares e as suas organizações, prenunciando um enfrentamento inevitável com o ascenso das massas naquele país.

Os socialistas revolucionários repudiam o ataque de Alfonsín aos Montoneros. Dizemos não ao julgamento dos Montoneros, ou de quaisquer outras organizações que resistiram à carnificina da ditadura militar. Igualmente repudiamos a colaboração da ditadura brasileira. Exigimos a imediata libertação de Firmenich e a não extradição dos dois dirigentes Montoneros.

O general Alvarez, do Uruguai, vem em visita oficial ao general Figueiredo, para fechar acordos militares.

LIBERDADE PARA O URUGUAI! FORA O DITADOR ASSASSINO!